



ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA  
PODER LEGISLATIVO  
ASSESSORIA JURÍDICA

37

**PARECER JURÍDICO**

**Requerente:** Câmara Municipal de Rolim de Moura/RO

**Solicitante:** Presidência da Casa Legislativa

**Assunto:** Projeto de Lei n.º 088/2022

**Protocolo na Ass. Jur.:** 21/06/2022

**Data da apresentação do PL:** 14/06/2022

**Ementa:** *Dispõe sobre "Autoriza a abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro no valor de R\$ 13.355,28". Secretaria Municipal de Obras, devolução de saldo e rendimentos de convênio SICONV Nº 864193/2018.*

**1. DO RELATÓRIO**

Foi encaminhado à Assessoria Jurídica desta Casa de Leis para emissão de parecer, o Projeto de Lei nº. 088/2022, de 13 de junho de 2022, de autoria do Executivo Municipal, que tem por escopo dispor sobre a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro no valor de R\$ R\$ 13.355,28 (*treze mil trezentos e cinquenta e cinco reais e vinte e oito centavos*), recursos estes, destinados à *devolução de saldo e rendimentos de convênio SICONV Nº 864193/2018.*

É o sucinto relatório.

Passo a análise jurídica.



ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA  
PODER LEGISLATIVO  
ASSESSORIA JURÍDICA

38  
9

## **2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

### **2.1. Da Competência e Iniciativa**

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no art. 30, inciso I da Constituição da República e no art. 8º, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

Trata-se de propositura de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal.

Desta forma, quanto à competência e iniciativa a Assessoria Jurídica OPINA favorável à tramitação do Projeto de Lei em comento.

### **2.2. Da Legislação Federal Vigente**

A abertura de crédito adicional especial é destinada para despesas não previstas no orçamento, de acordo com os artigos 40, 41 e 42 da Lei nº. 4.320/64.

Vejamos:

“Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.”



ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA  
PODER LEGISLATIVO  
ASSESSORIA JURÍDICA

39

Assim, impondo limites às ações do executivo, os dispositivos supramencionados pretendem limitar o gasto público ao previsto no orçamento, que é valorizado na medida em que exige autorização legislativa para abertura de créditos estranhos ao orçamento vigente.

### 2.3. Das Classificações e Fontes de Recursos

Os artigos 1º, 2º e 3º do Projeto de Lei em comento, solicita autorização legislativa para abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro, nos valores acima mencionados, objetivando executar as ações descritas anteriormente.

O Projeto encontra-se instruído com memorando de nº 261/SEMOSP/2022 exarado no dia 01/06/2022, o qual dispõe sobre a necessidade de abertura de crédito, aperfeiçoando, portanto, a justificativa para o presente Projeto de Lei.

Foi anexado também aos autos do referido Projeto de Lei, o demonstrativo de evolução financeira do respectivo saldo remanescente do convênio ser devolvido em 27/05/2022 calculado no valor exato do pretendido pelo Ente. Para que haja, porém, o superávit financeiro, indispensável que o crédito a ser aberto, possua valor suficiente em fonte específica no último dia do exercício anterior, é o que possível de se averiguar com a juntada do extrato bancário do respectivo fundo de investimento, datado de 31/12/2021, o qual demonstra saldo suficiente para a presente abertura de crédito, perfazendo, portanto, adequação orçamentária ao pleito requisitado.

### 2.5. Do Parecer Contábil





ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA  
PODER LEGISLATIVO  
ASSESSORIA JURÍDICA

40

Persistindo dúvidas quanto ao aspecto contábil, financeiro e orçamentário do Projeto de Lei em análise, a Assessoria Jurídica s.m.j. recomenda aos vereadores, em especial aos membros da Comissão de Finanças e Orçamento, que solicitem parecer ou orientação técnica junto à Controladoria Interna desta Casa de Leis, levando-se em consideração que o Controlador Interno, é contador público.

## 2.6. Da Tramitação e Votação

**Preliminarmente, a propositura dever ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça, Redação e Cidadania (art. 41, inciso I do R.I.), e de Orçamento, Finanças, Controle Externo, Obras, Serviços Públicos e Infraestrutura (art. 41, inciso II do R.I.).**

Após a emissão dos pareceres na forma regimental, sendo a matéria aprovada nas respectivas comissões, poderá a matéria ser incluída na ordem do dia, devendo ser votada em turno único de discussão e votação.

## 3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Assessoria Jurídica opina pela regular tramitação da matéria, uma vez que estão efetivamente demonstrados os requisitos formais e legais à luz da legislação vigente, Há de se ressaltar, porém, que o objeto desta manifestação é puramente a averiguação dos requisitos jurídicos para expressos na legislação vigente, não sendo objeto desta análise, o mérito da propositura, uma vez que tal decisão cabe ao parlamento, no exercício do *mínus* da Vereança.

A emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos



ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA  
PODER LEGISLATIVO  
ASSESSORIA JURÍDICA

41  
↓

representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer.

Rolim de Moura, 05 de agosto de 2022.

JORGE GALINDO LEITE

ADVOGADO/ASS. JURIDICO LEGISLATIVO OAB/RO 7137